



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Educação  
**CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**

CÂMARA CONJUNTA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL  
PROCESSO Nº: E-03/100.439/2004  
INTERESSADO: COLÉGIO JOÃO PAULO I

**PARECER CEE Nº 267 /2005**

Nega autorização para o funcionamento do Curso de Educação Profissional, na Área de Saúde, com Habilitação de Técnico em Enfermagem, da instituição de ensino **Colégio João Paulo I**, mantida pela sociedade Centro Educacional Vida e Arte Ltda., e localizada na Avenida Ministro Ary Franco, nº 598, Bangu, no Município do Rio de Janeiro, em conformidade com as Deliberações CEE nºs 254/00 e 272/2001, e dá outras providências.

**HISTÓRICO**

Emerson Teixeira de Oliveira, Representante Legal da pessoa jurídica denominada Centro Educacional Vida e Arte Ltda., mantenedora da instituição de ensino privado, denominada de fantasia Colégio João Paulo I, localizada na Avenida Ministro Ary Franco, nº 598, Bangu, no Município do Rio de Janeiro, solicita, na forma da Deliberação nº 254/00 deste Conselho, autorização para funcionamento de Curso de Educação Profissional na Área de Saúde, com Habilitação de Técnico em Enfermagem, a ser ministrado pela mesma instituição. O estabelecimento possui protocolo do Plano de Curso do Cadastro Nacional de Cursos de Educação Profissional de Nível Técnico NIC 23.001603/2004-12, emitido em 04/06/2004.

**VOTO DO RELATOR**

A finalidade, o perfil do concluinte e os objetivos do curso solicitado encontram-se bem descritos, de acordo com a legislação vigente e adequados ao projeto pedagógico proposto.

Poderão ingressar no curso os alunos que tiverem concluído o Ensino Médio. Para os que ainda o estiverem cursando, será requisito indispensável para obtenção do diploma de técnico em administração, a conclusão prévia daquele nível.

O currículo compreende 1.480 horas de estudo teórico-prático, e mais 600 de estágio supervisionado. Tal carga horária encontra-se distribuída em três módulos, sem terminalidade própria.

A equipe técnico-administrativa possui as qualificações necessárias para o desempenho de suas funções.

A descrição dos equipamentos e instalações constante no processo responde às exigências do curso.

Contudo, o Corpo docente não está devidamente habilitado, pois, de acordo com a documentação apresentada, somente um (Luciano Coutinhas) está devidamente habilitado ao exercício do magistério. Maria Apolinário de Fátima e Silva é licenciada em Pedagogia, mas é apresentada como professora de Psicologia Aplicada à Ética Profissional, matéria para a qual tal curso não confere habilitação. A todos os outros falta a devida formação pedagógica, exigida pelo art. 9º da Deliberação nº 254/2000 deste Conselho<sup>1</sup>, sem que a instituição apresente qualquer plano de formação desses docentes.

---

<sup>1</sup> "O exercício do Magistério na Educação Profissional de Nível Técnico exige dos profissionais de Nível Superior, não licenciados, a Complementação Pedagógica estabelecida pela Resolução CNE nº 02/97 e pelo Parecer Normativo CEE nº 139/99".

Por tudo isso, somos de parecer que não deva ser concedida a autorização solicitada para funcionamento do Curso de Educação Profissional, na Área de Saúde, com Habilitação de Técnico em Enfermagem, da instituição de ensino Colégio João Paulo I, mantida pela sociedade Centro Educacional Vida e Arte Ltda., localizada na Avenida Ministro Ary Franco, nº 598, Bangu, no Município do Rio de Janeiro, em conformidade com as Deliberações CEE nºs 254/00 e 272/2001.

O interessado seja notificado, e o processo, devidamente arquivado.

### **CONCLUSÃO DA CÂMARA**

A Câmara Conjunta de Educação Superior e Educação Profissional acompanha o voto do Relator.

Rio de Janeiro, 29 de novembro de 2005.

**Francisca Jeanice Moreira Pretzel** – Presidente  
**Jesus Hortal Sánchez** - Relator  
**Celso Niskier**  
**José Antonio Teixeira**  
**José Carlos Mendes Martins**  
**Magno de Aguiar Maranhão**  
**Marcelo Gomes da Rosa**  
**Marco Antonio Lucidi**  
**Vera Costa Gissoni**

### **CONCLUSÃO DO PLENÁRIO**

O presente Parecer foi aprovado por unanimidade.

SALA DAS SESSÕES, no Rio de Janeiro, em 13 de dezembro de 2005.

**Roberto Guimarães Boclin**  
**Presidente**